

2017

PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

IBOPE
inteligência

+

Católicas
pelo Direito de Decidir



***Percepções
sobre aborto e
educação sexual***

2017

PERCEPÇÕES SOBRE
ABORTO E EDUCAÇÃO SEXUAL

IBOPE
inteligência

+  **Católicas**
pelo Direito de Decidir

CONTATO:

Católicas pelo Direito de Decidir

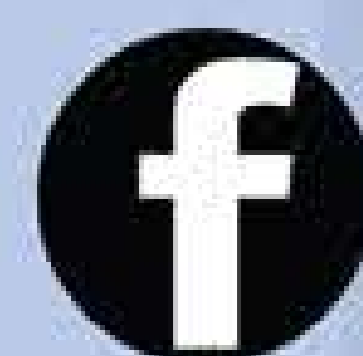
E-mail geral: catolicas@catolicas.org.br

Assessoria de imprensa: comunicacao@catolicas.org.br

Telefone/Fax: (11) 3541-3476

Rua Martiniano de Carvalho, 71 – casa 11.
Bela Vista – CEP 01321-001 – São Paulo – SP

REDES SOCIAIS:



[/catolicasdireitodecidir](https://www.facebook.com/catolicasdireitodecidir)



[@catolicasdireitodecidir](https://twitter.com/catolicasdireitodecidir)



www.youtube.com/cddbr



www.flickr.com/photos/ascatolicas

Sobre Católicas pelo Direito de Decidir - CDD

Católicas pelo Direito de Decidir, fundada no Brasil em 8 de março de 1993, é uma organização autônoma de pessoas católicas e feministas. A ONG apoia-se na prática e teoria feministas para promover mudanças culturais e religiosas, especialmente nos padrões de gênero na sociedade, trabalhando pela igualdade nas relações de gênero na sociedade e em particular no âmbito das religiões.

INTRODUÇÃO:

Católicas pelo Direito de Decidir e **Ibope** realizaram neste ano de 2017 mais uma pesquisa com resultados de extrema relevância para o debate a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Os temas centrais são **aborto** e **educação sexual** e os recortes de idade e religião complementam nossa análise, trazendo mais precisão no debate a respeito dos temas tratados.

Neste ebook, você vai encontrar os principais resultados e o detalhamento das informações, acompanhadas de gráficos e análises. Para que a conversa flua e a sociedade avance, é preciso compartilhar informações e dados de forma clara e generosa. Mais do que nunca, os dados aqui apresentados fortalecem a urgência da busca por **autonomia das mulheres** e, por extensão, da **democracia brasileira**.

METODOLOGIA:

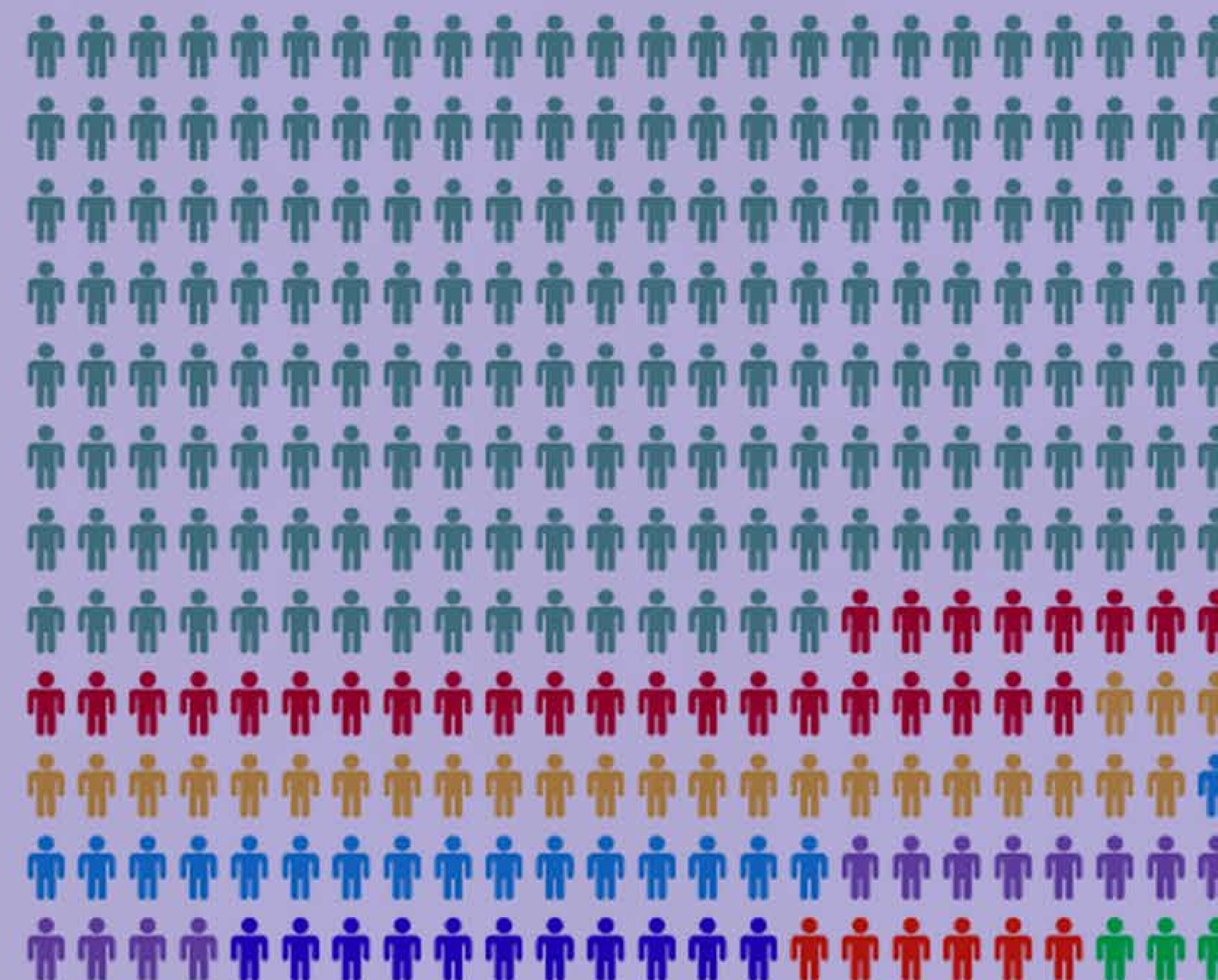
A pesquisa foi realizada entre os dias 16 e 20 de fevereiro de 2017. Foram entrevistados **2002 brasileiros** com 16 anos ou mais, em 143 municípios. A margem de erro estimada é de 2 pontos percentuais (p.p) para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra. **O nível de confiança utilizado é de 95%.**

ABORTO: A MULHER DECIDE

Os dados revelam que **64%** dos(as) brasileiros(as) entendem que **a decisão sobre o aborto deve ser da própria mulher**, um crescimento de 3 pontos percentuais (p.p) na comparação com pesquisa realizada em 2010. Em outro patamar, aumentam de 6% para 9% os que atribuem o poder de decisão ao **marido/parceiro**, enquanto 6% mencionam o **Judiciário**, 4% a **igreja**, 2% a Presidência **da República** e 1% o **Congresso Nacional** (todos apresentam variação dentro da margem de erro, comparando com a pesquisa anterior). Aqueles(as) que consideram que nenhum desses deve decidir pelo aborto, passam de **20% para 10%** no atual levantamento.

Agrupadas as respostas dos que julgam ser da própria mulher e do parceiro o direito de decidir chega-se a 73% das menções, enquanto os que atribuem esse poder às instituições somam 12% da amostra. Esta expressiva diferença mostra a tendência de reconhecer que a decisão sobre a interrupção ou não de uma gravidez indesejada é uma questão de âmbito privado, em um claro indicativo de que a maioria dos(as) brasileiros(as) entende que as instituições devem suspender a legislação restritiva que impede a tomada de decisão pelas mulheres.

Quem deve decidir se a mulher pode ou não interromper uma gravidez indesejada?



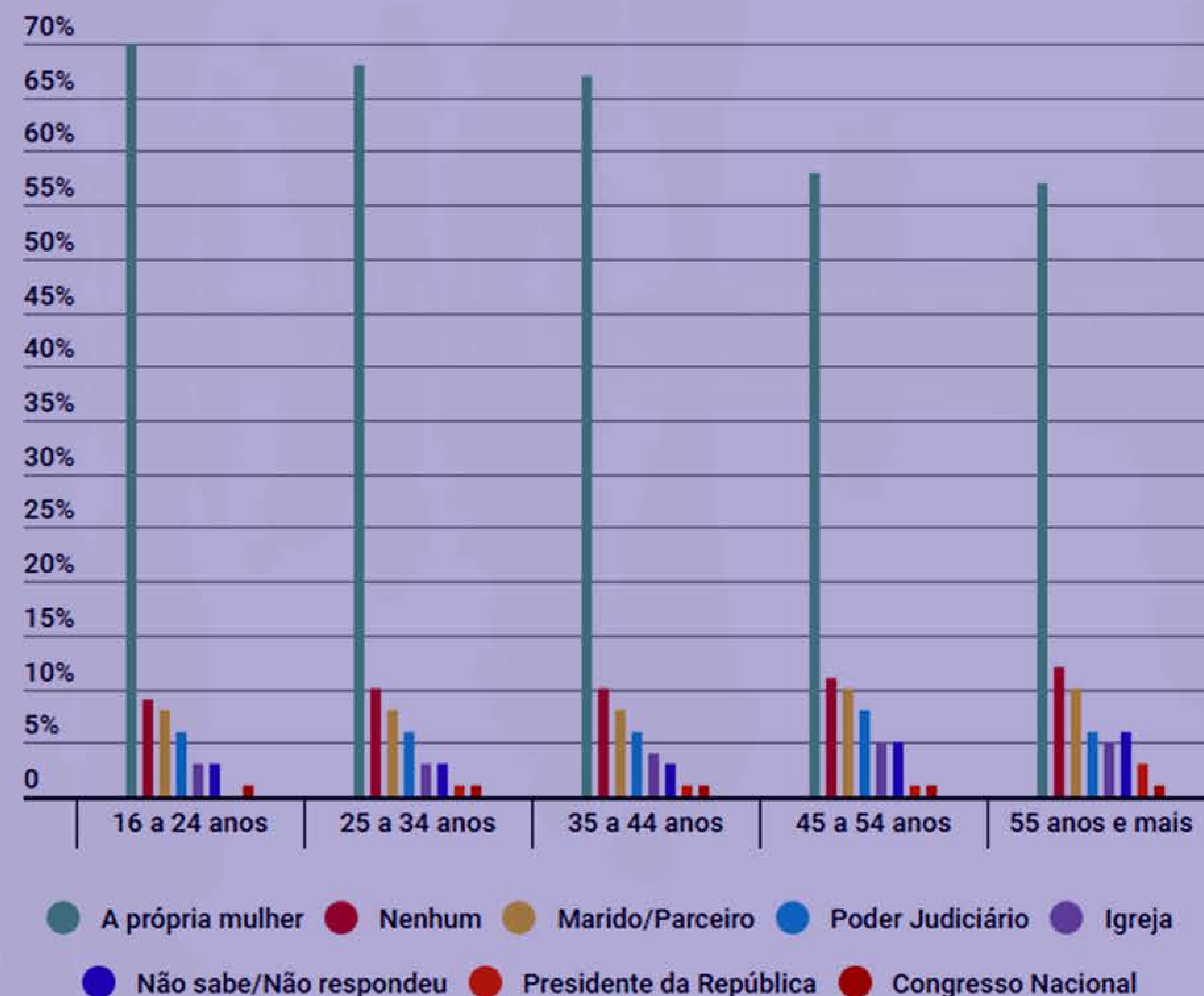
A MULHER: 64% NENHUM: 10% MARIDO/PARCEIRO: 9%
 PODER JUDICIÁRIO: 6% NÃO SABE/NÃO RESPONDEU: 4%
 IGREJA: 4% PRESIDENTE: 2% CONGRESSO NACIONAL: 1%

ABORTO: A MULHER DECIDE

Recorte por faixa etária

Ainda na comparação com a pesquisa de 2010, considerando os segmentos sociodemográficos da pesquisa, **nota-se em todos eles um aumento da opinião favorável à decisão da mulher.** No entanto, o crescimento é mais significativo entre: os entrevistados com 50 anos ou mais (9 p.p cada); os que têm o ensino superior; os com renda familiar de até 1 salário mínimo (8 p.p cada); as entrevistadas do sexo feminino; e entre aqueles com renda familiar superior a 5 salários mínimos (7 p.p cada).

FAIXA ETÁRIA: Quem deve decidir se a mulher pode ou não interromper uma gravidez indesejada?

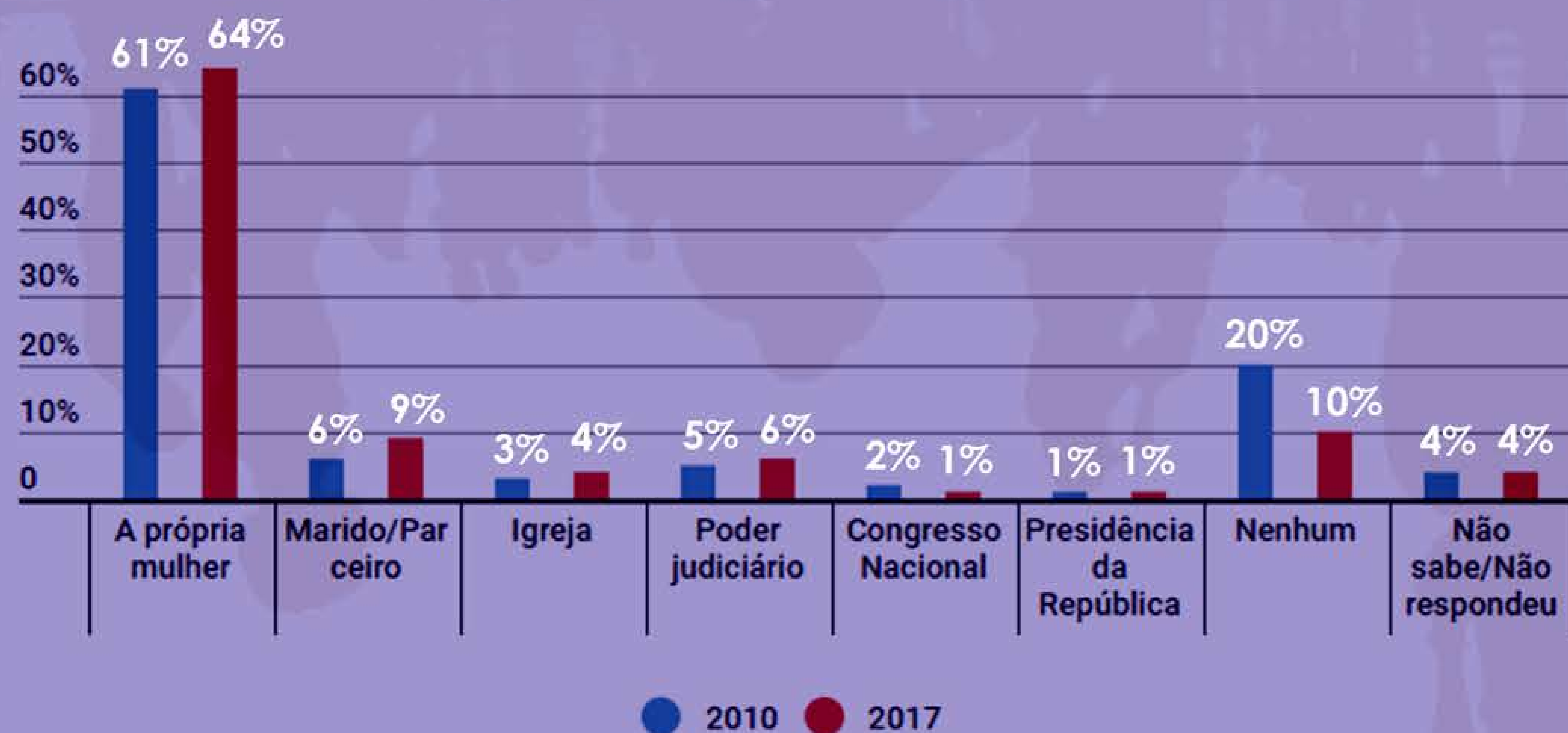


A MULHER DECIDE:

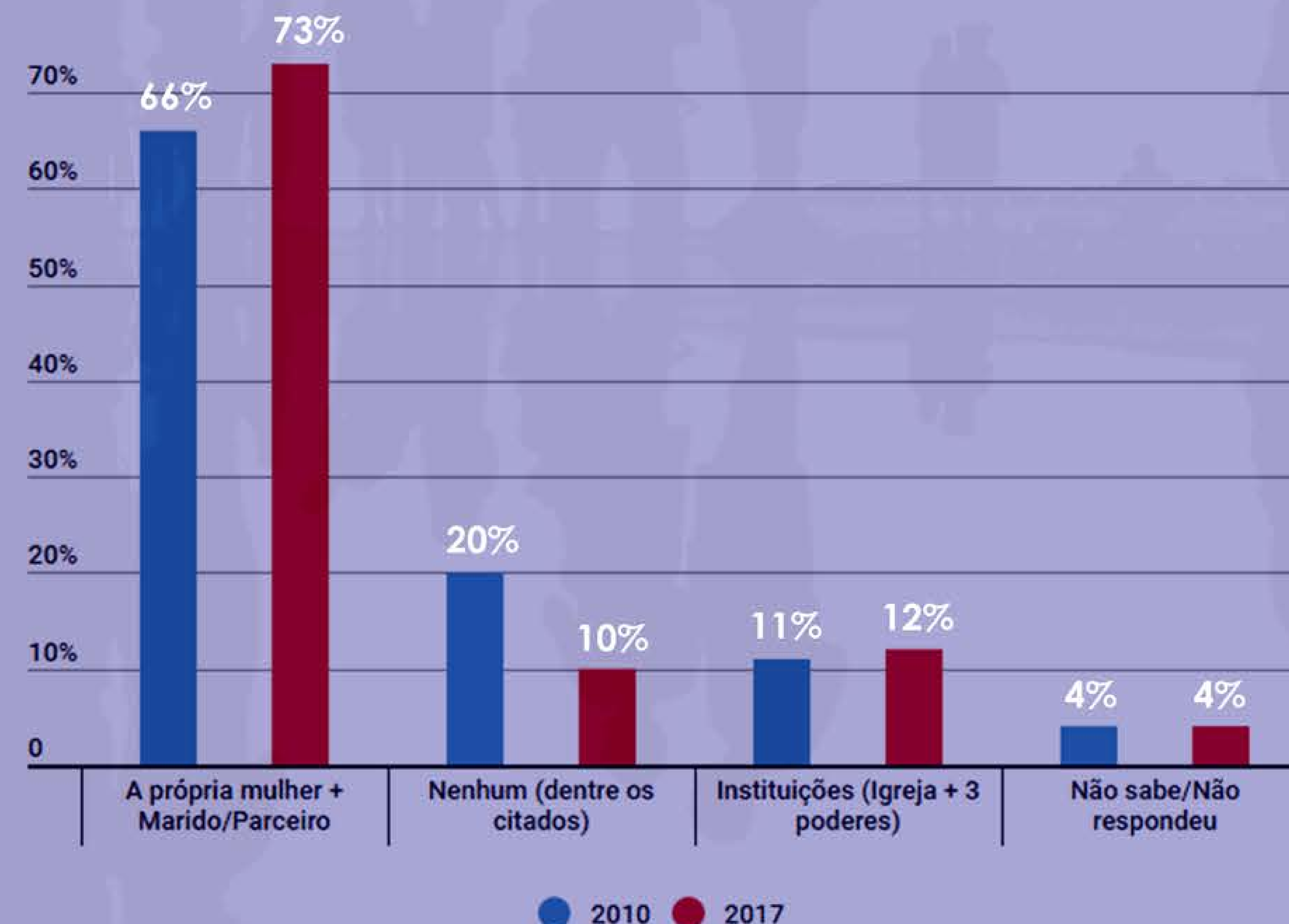
Gráficos comparativos entre as pesquisas de 2010 e 2017

Em ambos os gráficos, a soma dos percentuais pode não igualar 100% devido a arredondamento.

Quem deve decidir sobre o aborto? (2013 e 2017)



Quem deve decidir sobre o aborto?
(Respostas agrupadas)

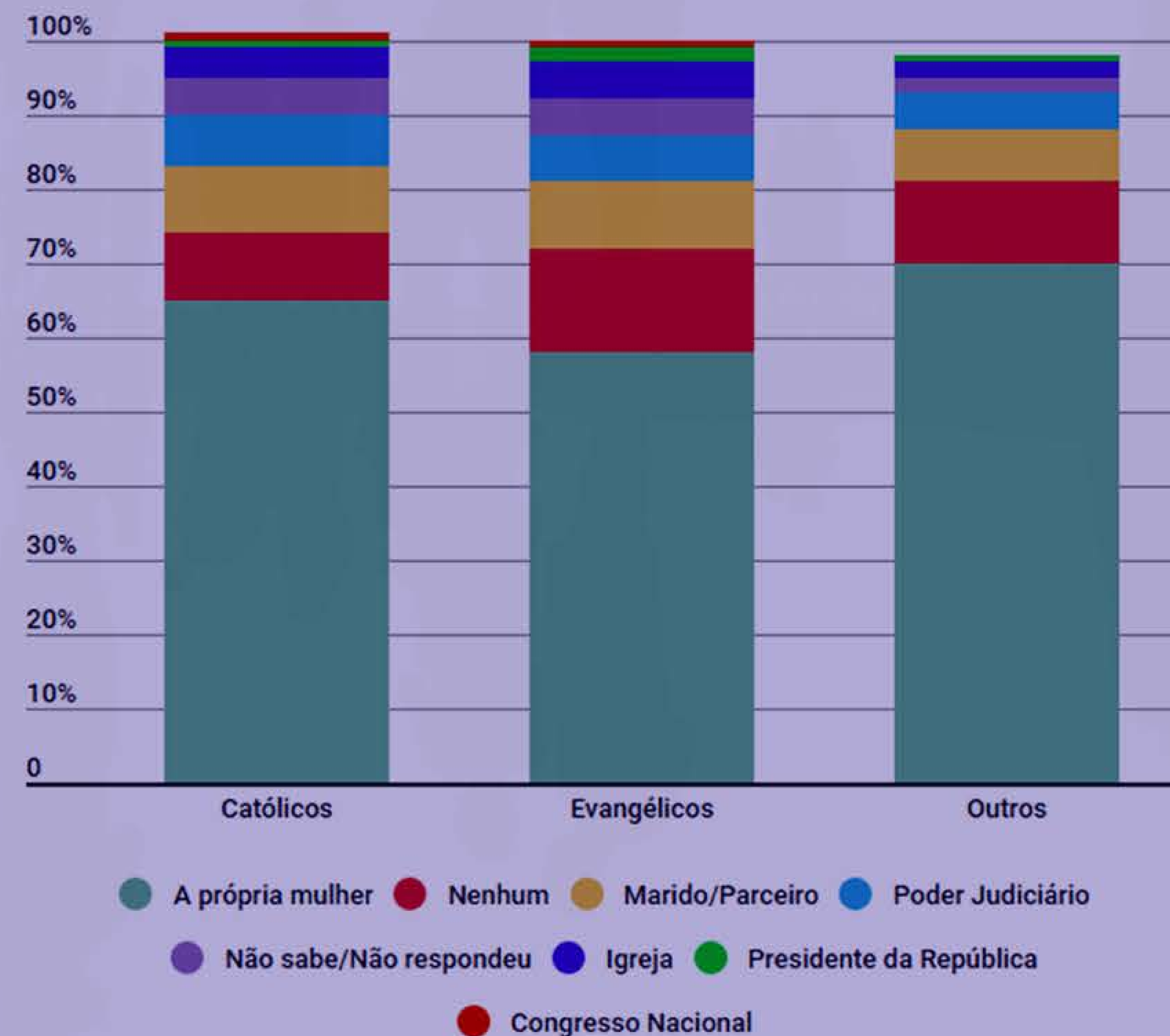


ABORTO: A MULHER DECIDE

Recorte religioso

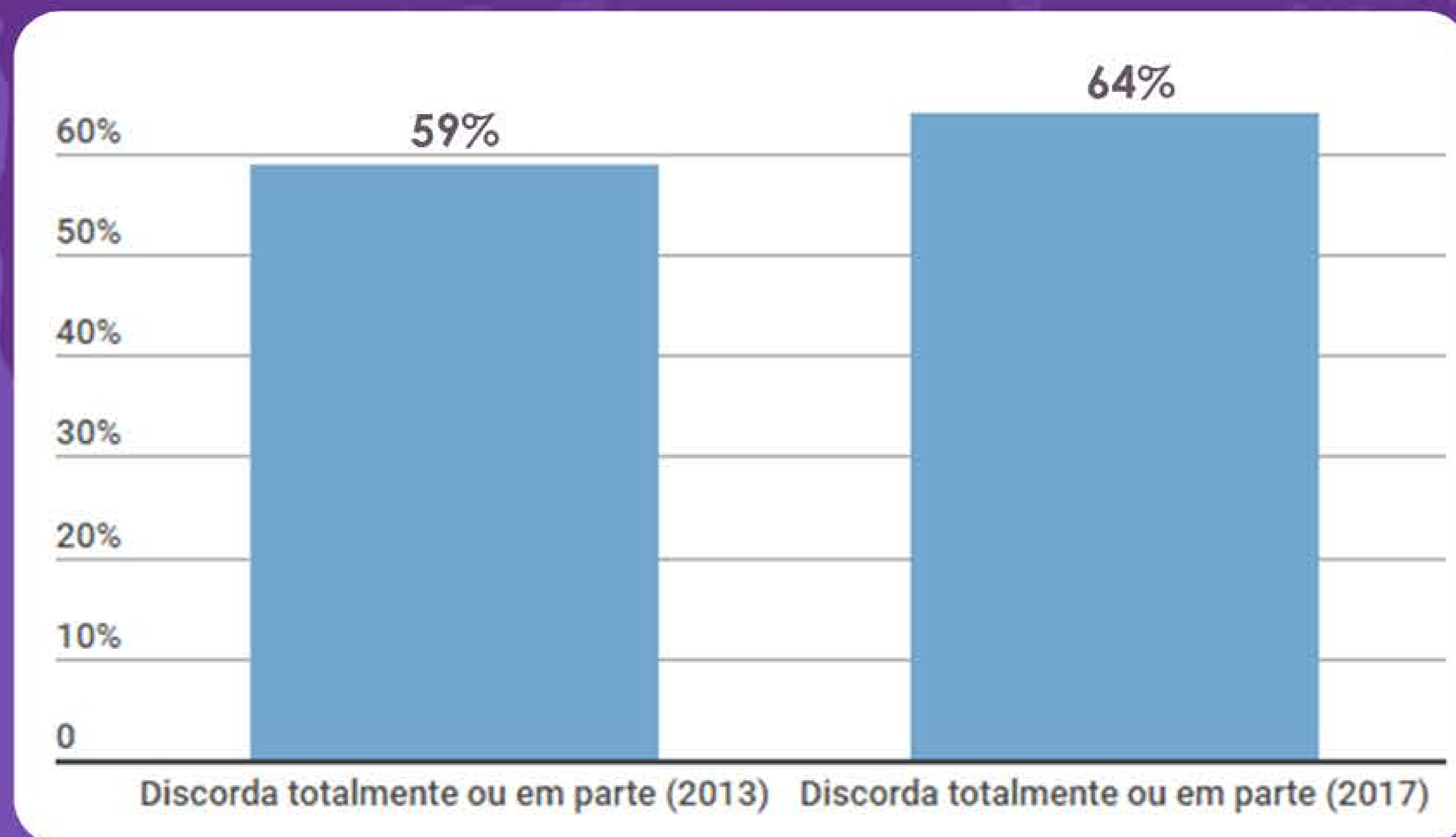
Analisando os resultados pela variável religião, observa-se um quadro sugestivo sobre o tema. Embora os líderes religiosos católicos representem um dos principais obstáculos às mudanças legais em favor do aborto, a opinião dos fiéis católicos sobre a decisão da interrupção ser da mulher se mostra em perfeita sintonia com o total de brasileiros(as); eram **61% em 2010 e passam a 65% em 2017**. Dentre os evangélicos, a maioria (58%) também acredita que a decisão deve ser da mulher (oscilação de 1 p.p em relação a 2010).

RELIGIÃO: Quem deve decidir se a mulher pode ou não interromper uma gravidez indesejada?



ABORTO: A MULHER NÃO DEVE SER PRESA

O estudo investigou o grau de concordância dos(as) entrevistados(as) a respeito da prisão de uma mulher que precisou recorrer ao aborto. Aqueles que **discordam total** ou **parcialmente** com a afirmação representam **64% da amostra**, um aumento de 5 pontos percentuais (p.p) na comparação com a pesquisa realizada em 2013.



Você diria que concorda ou discorda com a prisão de uma mulher que precisou recorrer ao aborto?



● Discorda totalmente: 45% ● Discorda em parte: 19% ● Concorda totalmente: 16%
● Concorda em parte: 12% ● Não sabe/Não respondeu: 6% ● É indiferente: 2%

ABORTO: A MULHER NÃO DEVE SER PRESA

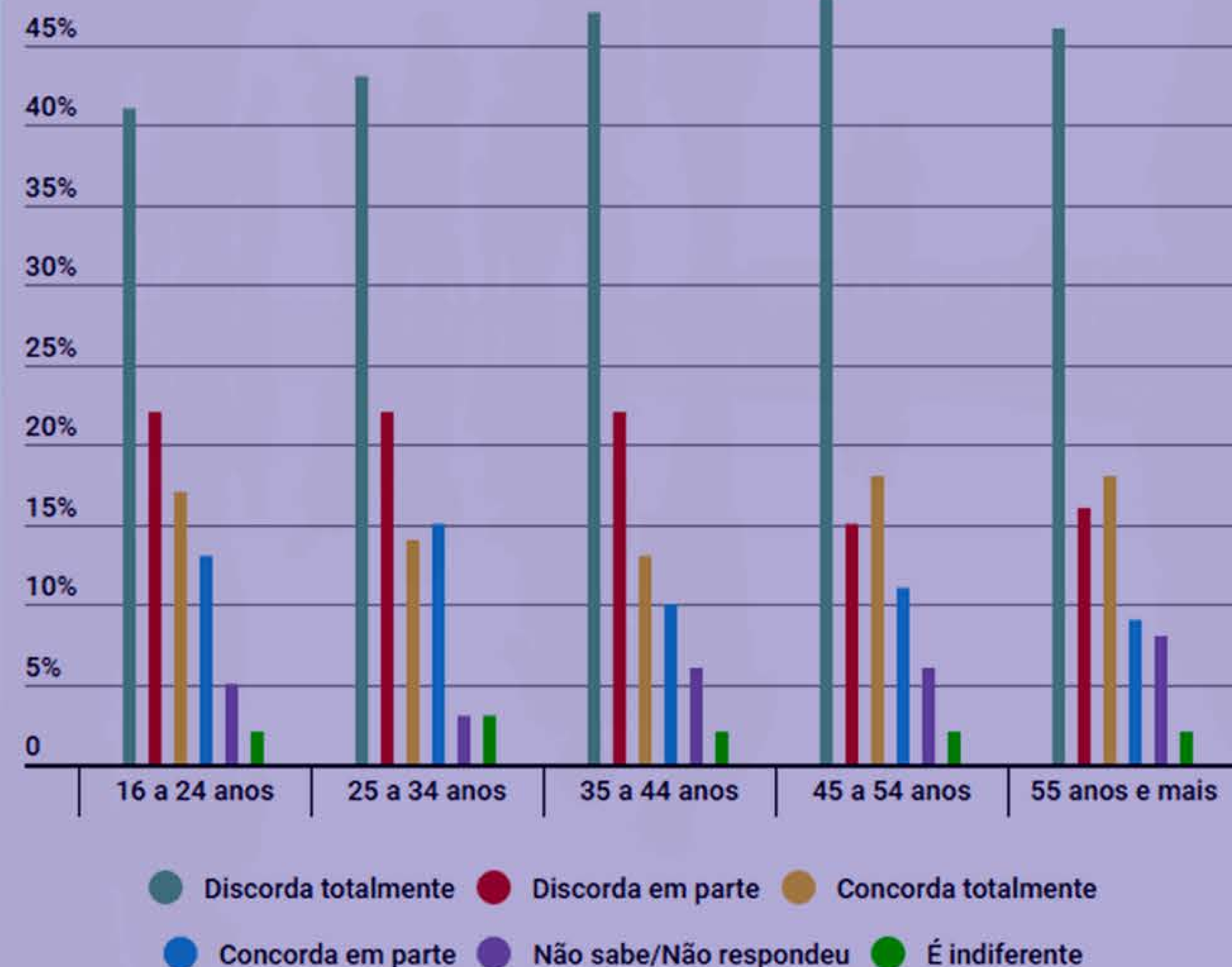
Recorte por faixa etária

Considerando a análise pelos segmentos sociodemográficos, nota-se que a discordância é mais acentuada entre os respondentes **mais velhos, com maior escolaridade e maior renda familiar**. Entre os(as) brasileiros(as) com 50 anos e mais, verifica-se um crescimento de 10 p.p. na discordância em relação à pena de prisão para mulheres que precisaram recorrer ao aborto (de 52% para 62%). Além disso, há hoje uma maior proximidade entre a opinião dos(as) brasileiros(as) mais jovens e mais velhos(as): se em 2013 a diferença de opinião nesses estratos era de 11 p.p., hoje ela é de apenas 1 p.p.

Discordam da prisão de mulher que abortou (2013)



FAIXA ETÁRIA: Você diria que concorda ou discorda com a prisão de uma mulher que precisou recorrer ao aborto?



ABORTO: A MULHER NÃO DEVE SER PRESA

Recortes sociais

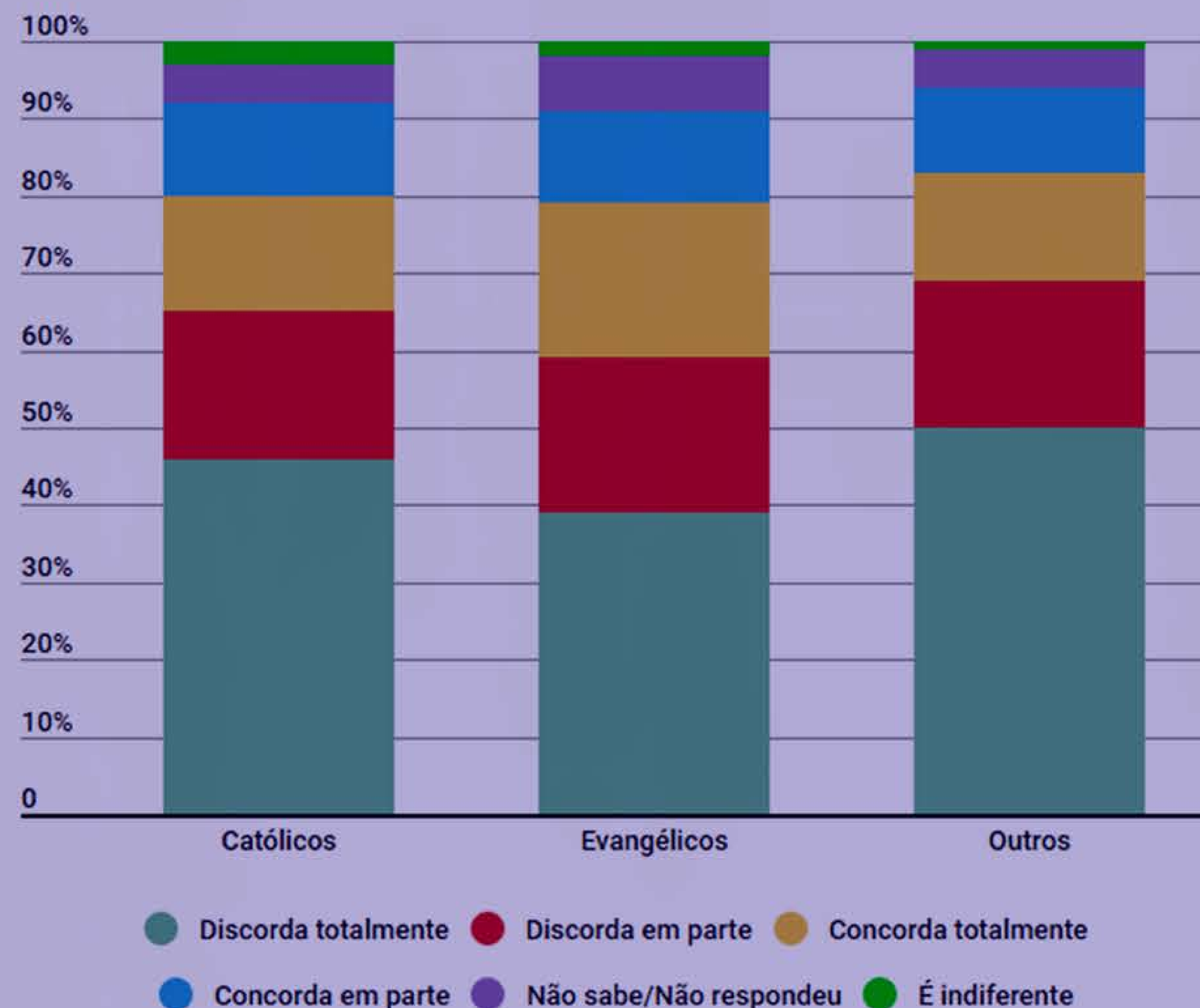
Por sua vez, é nos extremos da variável escolaridade que atualmente se observa a maior distância de opinião sobre o assunto: 16 p.p. entre os(as) brasileiros(as) com **menor acesso à educação (57% de discordância)** e os que **cursaram ensino superior (73%)**. Em 2013 era de 13 p.p.

Nota-se, também, uma distância significativa (16 p.p) na discordância entre os entrevistados com **renda familiar de até 1 salário mínimo (58%)** e **renda familiar superior a 5 salários mínimos (74%)**. Em 2013, a distância era de 4 p.p. entre aqueles com maior e menor renda.

Religião:

Na análise por religião, o percentual dos(as) entrevistados(as) que discordam totalmente ou em parte da prisão de uma mulher que recorreu ao aborto é de **65%** entre os **católicos** e de **59%** entre os **evangélicos** (eram 60% entre os católicos e 56% entre os evangélicos em 2013).

RELIGIÃO: Você diria que concorda ou discorda com a prisão de uma mulher que precisou recorrer ao aborto?

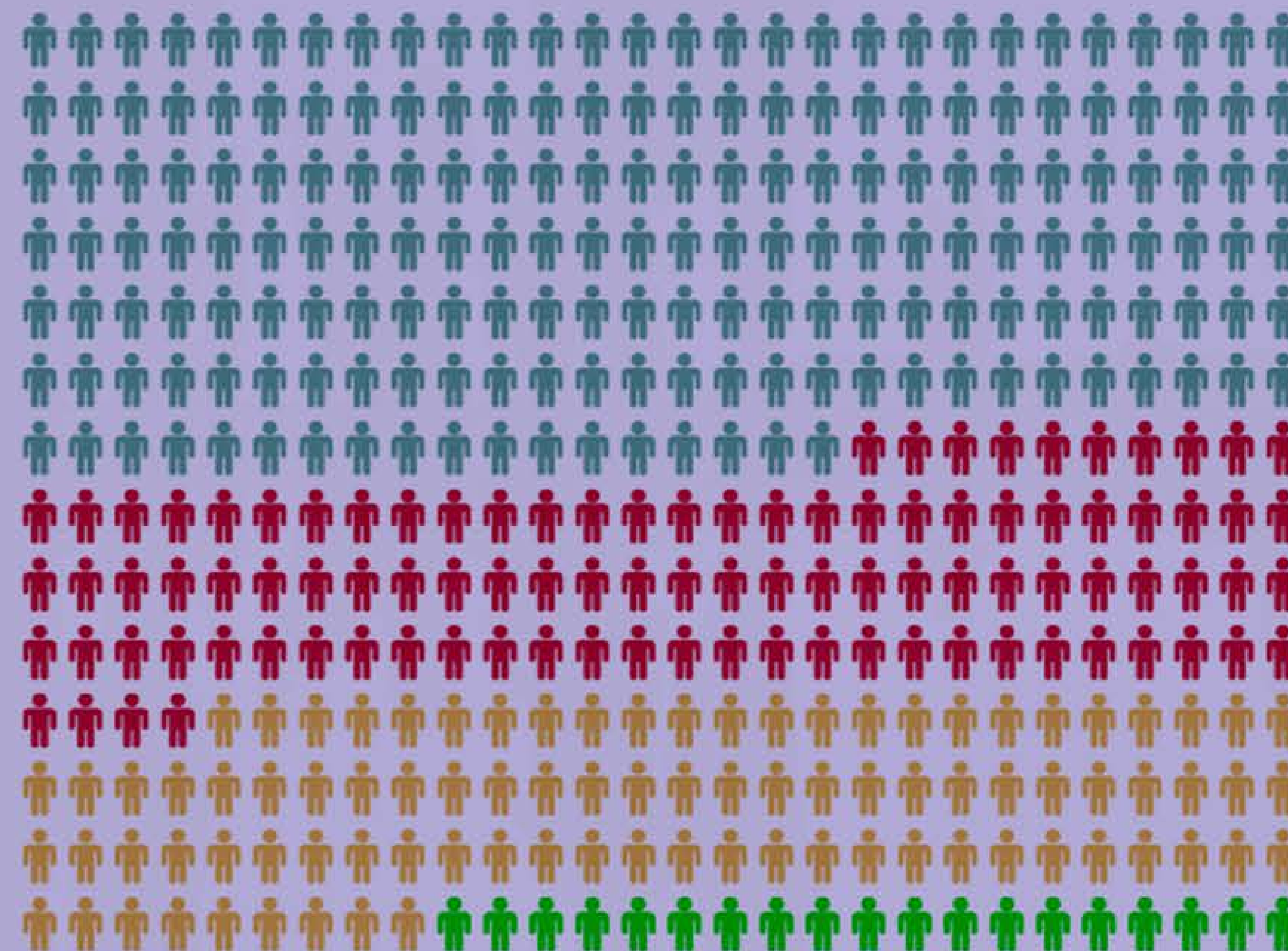


EDUCAÇÃO SEXUAL: A MAIORIA APROVA

O estudo também levantou a opinião dos(as) brasileiros(as) sobre a abordagem de assuntos relacionados à **Educação Sexual e à igualdade de gênero nas escolas**. Para **42%** dos(as) entrevistados(as) na pesquisa, os(as) alunos(as) de escolas públicas deveriam receber aulas de educação sexual **a partir dos treze anos ou mais**, **36%** preferem **a partir dos dez anos** e outros **10%** antes dos dez anos. **Apenas 9%** dos(as) brasileiros(as) disseram que os(as) alunos(as) de escolas públicas não deveriam receber aulas de educação sexual. Somam 3% os que não sabem ou se abstêm de responder.

Considerando os diferentes segmentos sociodemográficos, nota-se que quase a totalidade dos(as) brasileiros(as) com grau de escolaridade Médio (92%) e Superior (91%) afirmam que os alunos deveriam receber aulas de educação sexual. Entre os respondentes que estudaram até a 4ª série do ensino Fundamental, **79% são da mesma opinião**.

Em sua opinião, a partir de que idade alunas e alunos de escolas públicas deveriam receber aulas de educação sexual?



● Subtotal: Deveriam receber antes ou a partir de 10 anos + a partir de 13 anos: 88%

● Antes / A partir dos 10 anos: 46% ● A partir dos 13 anos: 42%

● Não deveriam receber aulas de Educação Sexual: 9%

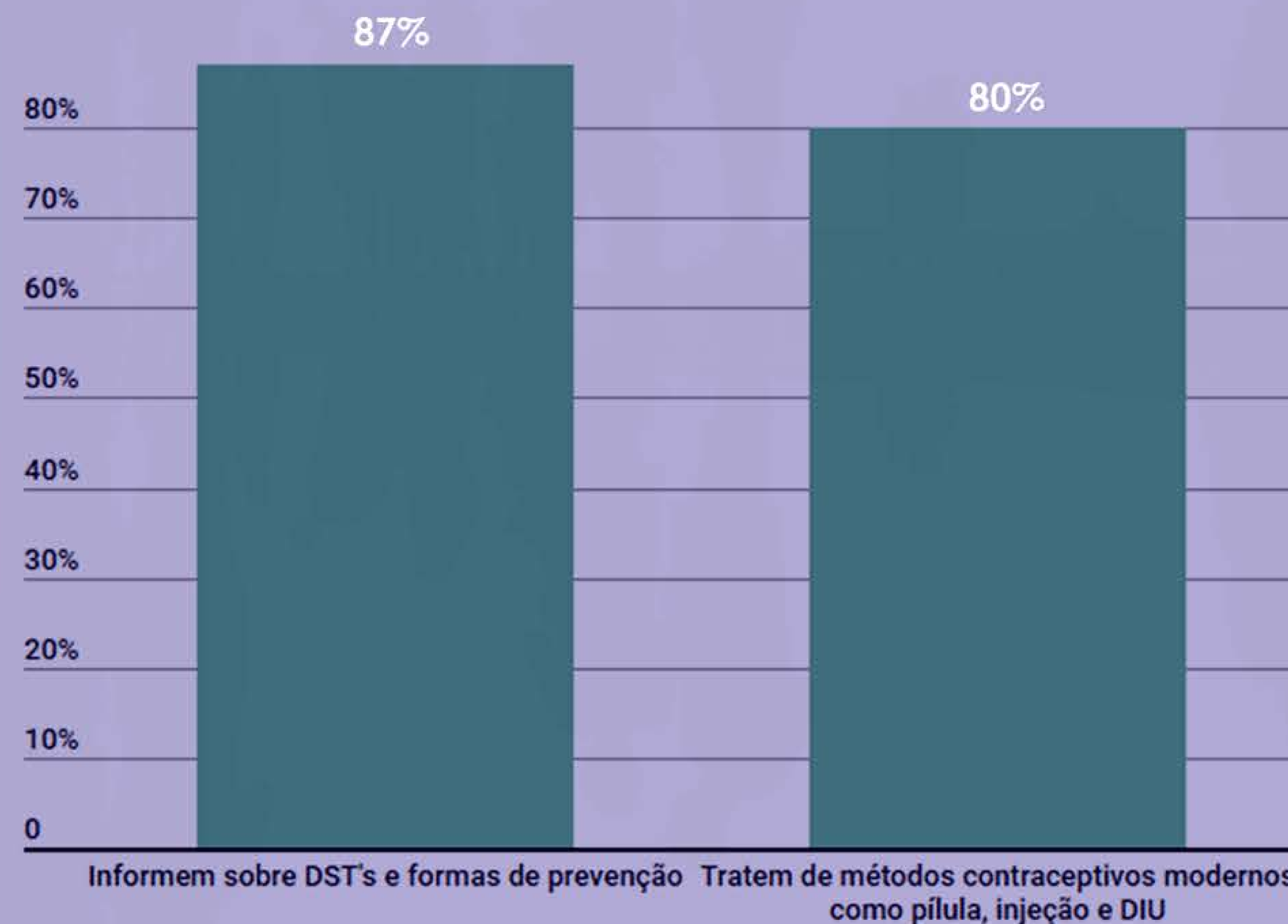
EDUCAÇÃO SEXUAL: A MAIORIA APROVA

Saúde sexual e reprodutiva

O estudo testou o grau de concordância quanto a duas afirmações a respeito de saúde sexual e reprodutiva em aulas e livros didáticos para alunos(as) com mais de treze anos. A respeito de "Informações sobre doenças sexualmente transmissíveis e formas de prevenção dessas doenças", **87% concordam totalmente ou em parte** e 8% discordam totalmente ou em parte. Nessa afirmação, a concordância varia de acordo com a região: Norte/Centro-Oeste registra 91% de concordância; Sudeste 90%; enquanto no Nordeste a concordância é de 85% e no Sul, de 81%.

Quanto à frase que indaga sobre a inclusão de "Métodos contraceptivos modernos como pílula, injeção e DIU" no material didático e nas aulas, **a concordância total ou parcial é de 80%, contra 16% de discordância total ou parcial**. Entre os(as) adultos(as) de 30 a 39 anos e os(as) mais escolarizados(as) – aqueles que cursaram os ensinos Médio e Superior, a concordância atinge percentuais mais elevados, sendo de 86% e 85%, respectivamente. Nesta questão a variável região se mantém mais homogênea.

Percentual dos(as) respondentes que concordam (totalmente ou em parte) que aulas e livros didáticos:



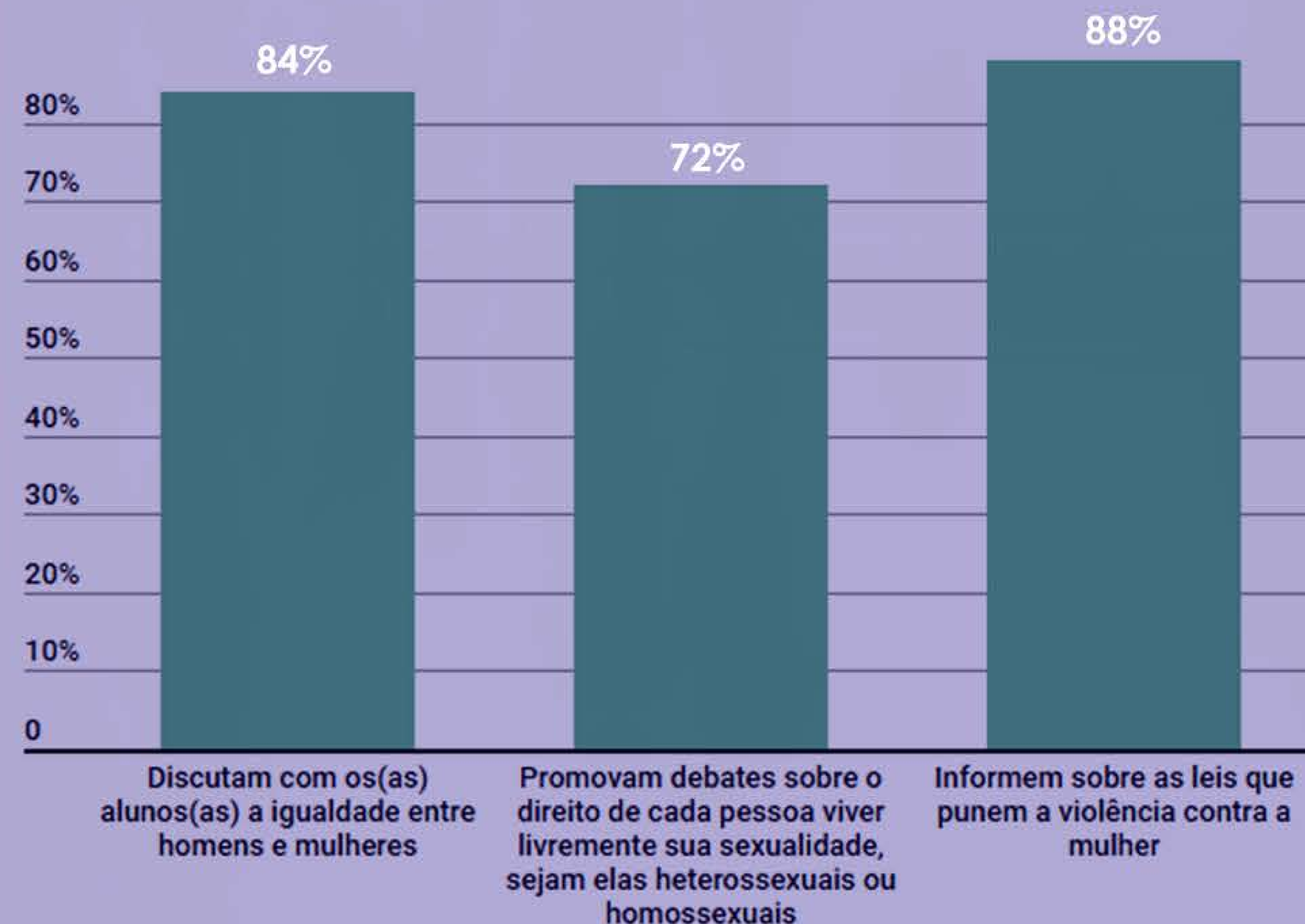
EDUCAÇÃO SEXUAL: A MAIORIA APROVA

Sexualidade e igualdade entre os sexos

A pesquisa também testou o grau de concordância em relação aos debates sobre sexualidade e igualdade entre os sexos no ambiente escolar. Nota-se que as tentativas recentes de limitar os debates sobre gênero e sexualidades nas escolas **não influenciou** a concordância da opinião pública brasileira.

Questionados sobre os(as) professores(as) discutirem com alunos(as) sobre a igualdade entre mulheres e homens, **84% concordam totalmente ou em parte**, ante 13% que discordam totalmente ou em parte. A ideia de professoras(es) abordarem o direito das pessoas viverem livremente sua sexualidade, sejam elas heterossexuais ou homossexuais, registra a **concordância total ou parcial de 72% dos entrevistados**, contra 23% que discordam total ou parcialmente.

Percentual de respondentes que concordam (totalmente ou em parte) que professores/as:



EDUCAÇÃO SEXUAL: A MAIORIA APROVA

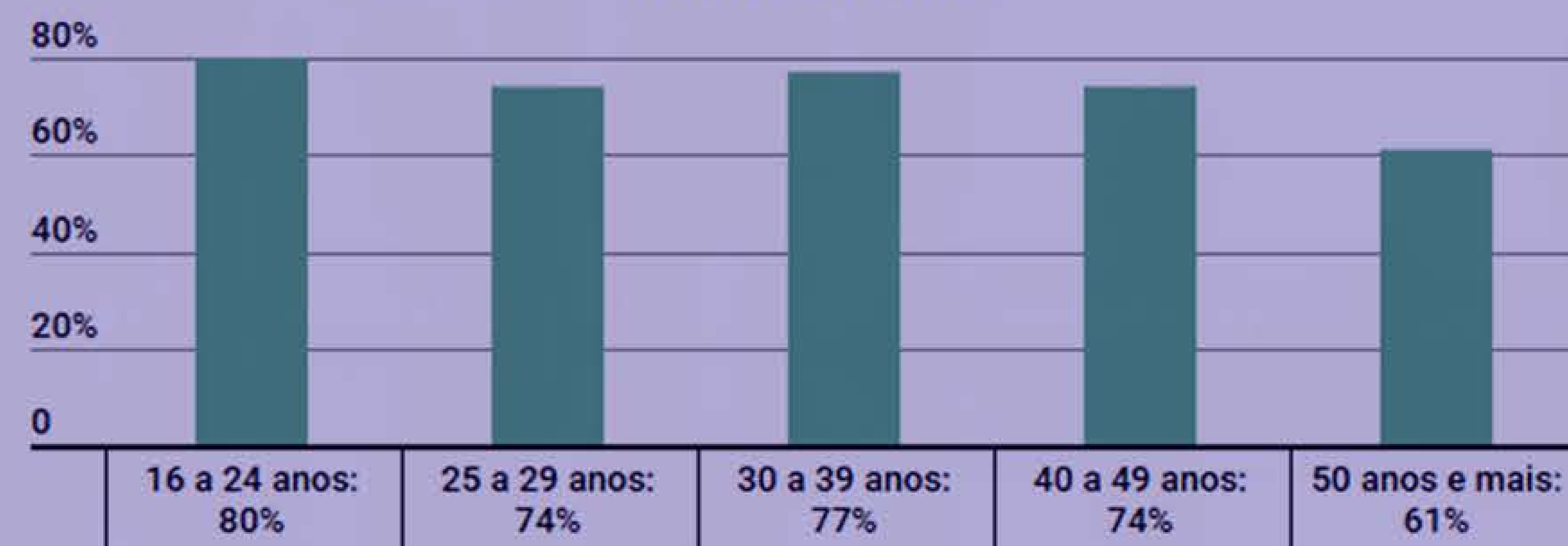
Sexualidade e igualdade entre os sexos: idade e religião

Observam-se que as variáveis de idade e religião apresentam as maiores disparidades de concordância. Entre os(as) **mais jovens (80%)** e os(as) **mais velhos(as) (61% de concordância)**, a diferença de opinião atinge 19 p.p. Embora não seja um segmento divergente nas outras questões, a opinião de **católicos(as) e evangélicos(as)** se mostra bastante dissonante neste caso: **77% e 59% de concordância, respectivamente.**

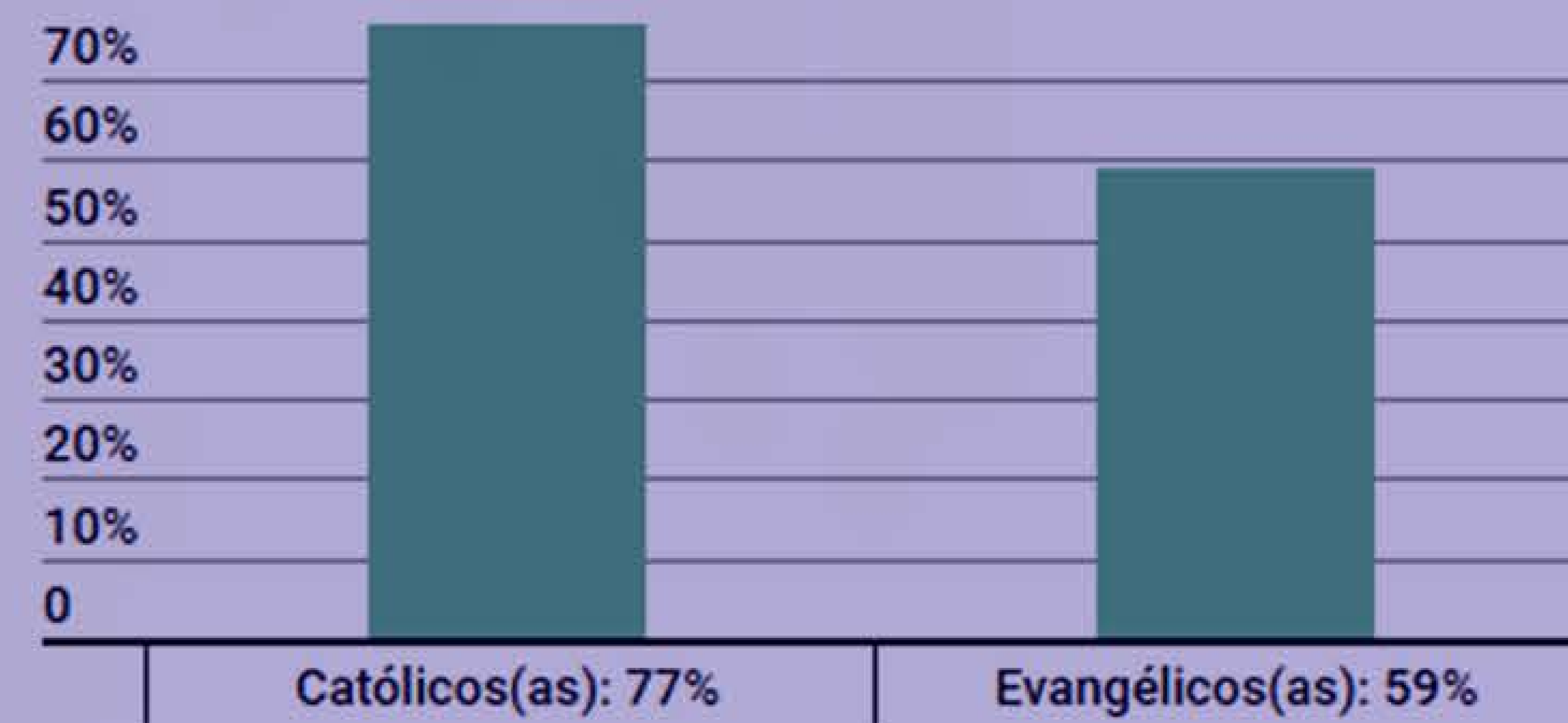
A respeito de professores(as) informarem sobre as leis que punem a violência contra a mulher, 88% concordam e 9% discordam, totalmente ou em parte. Verifica-se nesta afirmação que em todos os segmentos sociodemográficos analisados, a concordância manteve-se acima de 80% (com exceção dos(as) respondentes com menor escolaridade, 78%).

Concordam (totalmente ou em parte) que professoras(es) promovam debates sobre o direito de cada pessoa viver livremente sua sexualidade, sejam elas heterossexuais ou homossexuais

FAIXA ETÁRIA:



RELIGIÃO:



REFERÊNCIAS:

Desvelando a Política do silêncio: o abuso sexual de mulheres por padres no Brasil.

Autoria: Regina Soares Jurkewicz

Palavras... se feitas de carne – leitura feminista e crítica dos fundamentalismos.

Autora: Nancy Cardoso Pereira

Maternidade: conversando a gente se entende.

Autoras: Dulcelina Xavier Secoli e Myriam Aldana Santin

Sexualidade: conversando a gente se entende.

Autora: Marilda de Oliveira Lemos

Homens falam sobre aborto – Uma pesquisa em São Paulo e Recife.

Autor: Gustavo Venturi

Vida – é possível defini-la?

Autora: Yury Puello Orozco

***Direitos Humanos para ativistas por
Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.***

Autora: Valéria Melki Busin

O bilhete.

Autoria: Católicas pelo Direito de Decidir

Juventude, religião e ética sexual.

Autora: Valéria Melki Busin

***Quem controla as mulheres?
Direitos Reprodutivos e Fundamentalismos
Religiosos na América Latina.***

Autora: Regina Soares Jurkewicz

REALIZAÇÃO:



IBOPE
inteligência

APOIO:

